# O império é como o Drácula

Resumo: a história da modernidade rompe com a evolução. Faz tábua rasa da origem da modernidade ocidental. Em termos abstractos, teóricos, o modo como os vencedores do dia (Inglaterra, França, EUA) fazem segredo da história, através dos mercados e das prisões, é completado pela moda moderna de fazer tábua rasa do passado, como o fez primeiro o império criado pela Ordem de Cristo. A ideia de Idade Média como idade das trevas não deixa dúvidas sobre a intenção de obscurecer o período histórico imediatamente anterior à modernidade. A mensagem é simples: o império é inelutável e imbatível, a não ser por grave estultícia humana passageira. Se se pensar no que o império tem feito, facilmente se compreende que não é um empoderamento nem das pessoas, nem dos mercados, nem dos estados, nem das sociedades, mas o seu contrário. É uma forma viciante de extracção das energias vitais da Terra e da humanidade, interpretada industrialmente pelo capitalismo.

No século XIX, a democracia francesa construída contra e no seio de um estado centralizado, herdeiro do despotismo iluminado, estava longe do potencial económico da Inglaterra monárquica, tradicionalista, preparada para construir o maior império que o mundo já vira. A revolução democrática, em Inglaterra, tinha sido feita século e meio antes, enquanto a França se protegia contra ela. Estava agora a dar frutos económicos através da combinação especial britânica de centralização da organização do comércio ultramarino e do mercado nacional, o estado, por um lado, e de descentralização da produção e distribuição de produtos, os mercados, por outro lado. O sucesso da industrialização da Europa no século XIX fez da Inglaterra um país pragmático e da França um país ressentido pelo falhanço da sua ambição de unificação da Europa sob os auspícios da grandeza da sua burocracia.

A Revolução Francesa, do ponto de vista cultural, significou o protagonismo da ideia (imperial) de começar do nada, da destruição radical do antigo, o estilo império, de que a Inglaterra se apropriou de forma prática. O tempo radicalmente novo representou a criação cultural de uma nova espécie, invencível e eterna, de um verdadeiro povo predestinado ao progresso. Povo constituído por cidadãos modernos, civilizados, republicanos, civilistas, industriosos, ecuménicos, libertadores, numa palavra: indivíduos. Tudo o mais seria indigno de consideração, incluindo a dignidade humana propriamente dita. A escravatura deixou de ser só uma forma sacrificial. Tornou-se, como todos os vícios, um motivo de criação de valor.

O racismo lembra-se da indústria esclavagista transatlântica e dos tratos de polé de que os negros, por serem negros, ainda hoje são vítimas nos EUA e em todas as Américas. Lembra-se menos do racismo europeu contra os que aparentam ascendência africana ou caribenha ou cigana ou judia, etc. A discriminação contra nações não tem uma história feita. O certo é que os franceses e os ingleses são acusados, por ideologias nacionalistas portuguesas, de não se misturarem com os povos colonizados, ao contrário do que era prática no tempo da hegemonia do império português e que se terá mantido posteriormente, no império português. Tais ideologias não são partidárias, em Portugal: são um dos traços do nacionalismo luso-tropicalista, culturalmente inventado no Brasil.

Portugal é um país singular, no que respeita ao nacionalismo. Não há – caso único na Europa – um problema nacional. Todos estamos confortáveis em ser portugueses e sermos ao mesmo tempo parte de um estado e uma nação, desde que os Bragança ganharam a guerra da Restauração, em 1640, ao tempo da Revolução democrática inglesa e do surgimento de Luís XIV, em Versailles.

Mas algo nos deprime como nação, o fado. Circula a sensação de termos sido traídos pelo nosso mais antigo aliado, a Inglaterra, e culturalmente secundarizados pela França, de Versailles a Queluz. A ideologia nacionalista ressente-se da subordinação histórica a Inglaterra, como potência marítima que, desde Aljubarrota, defendeu a independência de Portugal dos poderes continentais, França e Espanha, mas foi também autora do ultimato colonial, em 1890. A ideologia tradicionalista, predominante em Portugal no período fascista de 1926 a 1974, fazia do andar a cavalo e falar francês o protótipo de distinção social. O Desejado, a figura do rei D. Sebastião, continua a simbolizar a saudade (palavra misteriosa que se diz ser intraduzível para qualquer outra língua) de um poder imperial hegemónico centrado em Lisboa. A maioria dos vestígios dessa elevação foi lavada pelo terramoto de 1775, que destruiu a capital e quase tudo o que de museológico poderia hoje dar testemunho de um tempo de glória moderna. Arquitectonicamente, Lisboa perdeu os recursos patrimoniais para afirmar o seu papel tradicional na modernização da Europa. Hiper moderna, com a sua Baixa Pombalina, ela própria fez tábua rasa do que fora o seu próprio passado.

Historiadores portugueses, porém, deram contribuições para uma história com passado da origem da modernidade ocidental. Borges Coelho (1984) reclama que o sucesso do surgimento da segunda dinastia (1385-1580), no quadro dos eventos que estabeleceram a Aliança Luso-Britânica, deveu-se e produziu a primeira revolução burguesa da história, em 1383, quatro séculos antes da Revolução Francesa e um quarto de milénio antes da revolução democrática em Inglaterra. Há muitos segredos e pouco trabalho historiográfico para estabelecer factos e a respectiva interpretação. A tradição de segredo e de desprezo pelos registos públicos em Portugal pode ser de origem medieval: sugere-o a importância da presença dos Templários, depois Ordem de Cristo, e o que não se sabe do Infante D. Henrique, o Navegador, dirigente da Ordem e filho directo da aliança inglesa, fisicamente representada pela presença da sua mãe, D. Filipa de Lencastre, rainha de Portugal. Mostra-o a história do tratado de Tordesilhas, que reservou para Portugal o Brasil num tempo em que oficialmente não se sabia da sua existência. Mostra-o o facto de não terem ficado registos sobre como os mestres faziam as naus que iniciaram as relações globais da Europa com o resto do mundo. Mostra-o a presença multisecular da Inquisição portuguesa (1536-1821), que confundia profusamente a verdade dos factos com os delírios produzidos nas câmaras de tortura. A tese de António José Saraiva (1994) é a de que a Inquisição portuguesa foi um dos modos da aristocracia medieval portuguesa sacar parte da riqueza da burguesia financiadora e enriquecida pelo comércio transatlântico.

O segredo dos negócios foi e é levado de formas muito distintas em Portugal, na Inglaterra e em França. Portugal do século XIV era território com um milhão de habitantes, aberto ao mundo através das Cruzadas que fizeram a reconquista da Península Ibérica. Fixadas as suas fronteiras, mobilizando as capacidades de navegação aprendidas localmente desde o tempo dos Fenícios e, à saída da Idade Média, com as cidades italianas enriquecidas pela Rota da Seda, não se pode comparar com a potência com que se iniciou a expansão europeia com a industriosa Inglaterra da revolução industrial, nem com a França burocrática nascida em Versailles.

Na Inglaterra, o segredo foi, sobretudo, o da exploração dos novos territórios de além-mar, desconsiderados (ou considerados como segredos a não revelar) por economistas como Adam Smith. Inventou uma mão invisível para explicar o sucesso dos mercados locais para não se referir à exploração ultramarina que o suportou. Tal mão invisível ainda hoje é (des)considerada pelas teorias económicas (como uma das externalidades). É a cobertura de um segredo ainda hoje ideologicamente bem guardado: os países desenvolvidos vivem como ricos por beneficiarem do extrativismo, isto é, da exploração da Terra e dos recursos humanos nos territórios subordinados pela força, sobretudo em territórios longe das sedes imperiais. Colónias onde a evidência da exploração é apresentada como justificação dos estigmas que o próprio império produz para dividir e reinar.

Na França, o segredo foi descoberto por Tocqueville. Na década de 20 do século XIX foi encarregue de visitar os Estados Unidos para estudar o seu moderno sistema penitenciário. Certamente foi essa experiência que o fez denunciar o despotismo da democracia e a necessidade política de assegurar as liberdades. Cento e cinquenta anos depois Michel Foucault descreveu o sistema penitenciário francês como uma tecnologia política utilitária e disciplinadora.

Em termos abstractos, teóricos, o modo como os vencedores do dia fazem segredo da dominação, através dos mercados e das prisões, é completado pela moda moderna de fazer tábua rasa do passado. O progresso passou a ser linear e sempre a crescer, no PIB como na democracia liberal, como alguém doente de gigantismo. Tal anormalidade só é apresentável como saudável e desejável se não se olhar para a vida dos pais da criança, a vida tradicional, que vivem num tempo circular de nascimento, regeneração e morte, como a generalidade da vida.

Ao reconstruir a história do nada, de documentos (des)valorizados de modo a favorecer a imagem dos estados ganhadores do dia, os estados usam a memória oficial como censura da memória completa, para se legitimarem como potenciais ou reais impérios; como hierarquias de hierarquias, elites de elites, mutuamente estigmatizadas e dissimuladas, no passado e no presente, por ideologias nacionalistas.

As nações inventadas pela modernização (Anderson, 1998), umas contra as outras, sustentam sentimentos nacionalistas muito arreigados e cujos efeitos políticos continuam a ser de primeira grandeza; em especial no campo bélico, mas também no Brexit e no nacionalismo dos países do Leste europeu, depois de décadas de domínio soviético. São a maior ameaça à paz e, como são negacionistas das mudanças climáticas, à evolução da vida, tal como a conhecemos.

A ideologia da tábua rasa está a transmitir para o meio ambiente e para a diversidade das espécies vivas os seus efeitos nefastos: sugere a construção de muros em vez de pontes, Em tempo e no espaço, é irremediavelmente destruidora.

Contributos para as ideologias da tábua rasa são as ciências sociais. Psicologia, sociologia, economia, especializaram-se de tal modo que se tornaram estanques entre si. E, por maioria de razão, isolam a história, como outras disciplinas, entre si e da vida quotidiana. A História, ela própria, divide períodos históricos como se fossem estanques entre si.

O facto destas críticas serem evidentes e tomadas como constatações de factos naturais, inelutáveis, eventualmente como mérito explicado pela incapacidade de um só cientista moderno saber tudo, revela o estado de dependência ideológica do pensamento actual face aos dogmas de superioridade ontológica reclamada pelos modernos; reclamação também das elites sobre todos os outros, com a cumplicidade dos seus subordinados contra o resto da humanidade, tratada como inferior, segundo a regra de hierarquização vigente. Com subordinação também do resto das vidas dos próprios, quando não estão a lutar por poder.

Cabe perguntar a razão, a causa eficiente, que mantêm aquilo que poderia ser mudado. Como transformar os muros cognitivos em pontes?

A resposta é simples: uma das características do espírito imperial é a sua necessidade de dissimulação, dos segredos de que depende. O controlo dos saberes, em particular dos saberes científicos, por natureza anti autoritários, é fundamental. Dividir para reinar é a receita universal de qualquer organização imperial.

Tal como o Drácula, exposto à luz do dia o império fenece. “O Rei vai nu!”, grita o menino desinstruído dos segredos de estado e sociais. Entendido não como um facto sincrónico ou uma emergência configuracional, mas antes como um estado de espírito, um sentimento instintivo, incorporado, a convicção de dever haver alguém a quem seguir para sair da situação de risco em que nos encontramos, o império, sempre que é exposto, expõe também a subordinação de quem assim sente. Nem as elites, nem os seus servidores, os seus séquitos, estão interessados em revelar as continuidades entre o Antigo Regime e a modernidade. Todos aprenderam a tornar-se indivíduos, todos iguais entre si, excepto aqueles que são estrangeiros e os que estão presos – formas de intimidação que une os tecidos sociais em torno das elites e dos seus seguidores, dos segredos dos mercados, dos estados e das sociedades; geralmente em torno de ideologias nacionalistas.

Isto é, o império parece um poder quando é sentido, sem pensar, como desígnio nacional. Se se pensa no que está a acontecer, facilmente se compreende que o império não é um empoderamento nem dos mercados, nem dos estados, nem das sociedades, mas o seu contrário. É uma penitencia que gente forçada dentro de sistemas de sequestro em forma de bonecas russas presta aos direitos hierárquicos reclamados pelo império, poderoso e estúpido estado de espírito, clássico e moderno. Os penitentes, para o efeito, transformam-se de pessoas em indivíduos, e vivem como zombies nas suas prisões, profissões e reformas, famílias e lares, todas financiadas pelo capitalismo ao serviço dos impérios.

As ciências sociais, a história, e outras formas culturais modernas, para não serem censuradas, não podem expor as prisões com que o império obriga e abriga as pessoas. Ao invés, devem fazer a apologia dessas prisões, não como prisões mas como tecnologias de segurança, contra a Terra e contra a própria humanidade, reduzida a recursos humanos. Do mesmo modo que chamam à repressão segurança e à guerra defesa, as ciências sociais falam de integração em vez de subordinação. Assim, a noção de humanidade é reduzida a conjuntos de indivíduos mais ou menos competentes e capacitados para participarem na exploração da Terra e das outras pessoas, à semelhança dos jornaleiros ou dos imigrantes encostados às paredes à espera de trabalho.

As políticas científicas têm oferecido muitas oportunidades de se viver a produzir conhecimentos hiperespecializados, ao contrário do Renascimento, precisamente para que também as ciências não discutam nem o todo que nos liga, como aquilo que liga a espécie humana à Terra e à evolução da vida, nem os conceitos holistas que emergem da observação da realidade. Os debates científicos sobre conceitos integradores são sistematicamente censurados (Schofield, 2018).

Em resumo: aquilo que caracteriza a modernidade não é nem o capitalismo criado em Inglaterra, nem a democracia tornada ambição universal a partir da Revolução Francesa. A modernidade, obviamente, é o resultado dos esforços orientados pela Igreja Apostólica Católica Romana para voltar a realizar o Império de que é guardiã espiritual. As Cruzadas, a Inquisição, os Descobrimentos, o Capitalismo, a República, foram e são instrumentos políticos, ao mesmo tempo materiais e imateriais, para incorporar de forma secreta o espírito imperial, a subordinação auto-sacrificial, a disciplina, nas pessoas. A incorporação do espírito imperial transforma pessoas em indivíduos e recursos humanos, de que os cidadãos são o aspecto político. Indivíduos cidadãos resultantes também de adaptações imperiais às reacções das pessoas contra a redução a que estão sujeitas pelo rolo compressor imperial.

Disfarçado de república, o império convence cada um de nós, com a nossa prestimosa e indispensável colaboração, de que somos livres e iguais entre cidadãos; de que somos indivíduos proprietários dos impostos do estado e administradores das decisões políticas tomadas em nosso nome, em troca dos sacrifícios laborais e burocráticos que nos são exigidos. Que por isso nos devemos defender das pessoas que não são cidadãos, que deveriam ser cidadãos onde quiserem menos aqui, onde apenas nós somos cidadãos.

Disfarçado de república, o império gera a discórdia para poder impor-se nas mentes e nas práticas quotidianas das pessoas, reduzindo-as a indivíduos que se sentem protegidos, desde que prescindam de ser pessoas, como fazem os mafiosos aos seus sequestrados (Graeber, 2011: 163). Disfarçado de capitalismo, o império gera a discórdia através da concorrência e da competição entre profissionais, trabalhadores, empresas, fileiras de produção de valor, mercados, países, continentes, etc. Através da escolarização em ciências sociais, como modernização do dogmatismo teológico, o império também trabalha (Boltansky & Chiapello, 1999; Novak, 2001; Weber, 2005). Disfarçado de democracia, o império decreta direitos humanos e outras recomendações – em vez de leis (Commaille, 2015) – como modo de ocupar os activistas, financiando-os de modo a hiperespecializá-los e incompatibilizá-los entre si, como faz com a ciência, as ciências sociais, os países, etc.

Como qualquer viciado, uma pessoa convencida que é normal ser um individuo, um cidadão, um trabalhador, um profissional, jamais procurará libertar-se do seu vício e voltar a ser pessoa. Há que passar a conseguir valorizar os momentos quando se percebe que algo está mal no mundo imperial, e evitar superar rapidamente a situação como é feito pelos trabalhos práticos e ideológicos quotidianos de recondução à subordinação ao império.

Referências:

Anderson, B. (1998). *Imagined Communities* (8th ed.). London and NY: Verso.

Boltansky, L., & Chiapello, È. (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.

Coelho, A. B. (1984). *A Revolução de 1383*. Lisboa: Editorial Caminho.

Commaille, J. (2015). *À quoi nous sert le droit?* Paris: Gallimard.

Graeber, D. (2011). *Debt – the First 5000 Years*. NY: Melville House Publishing.

Novak, M. (2001). *A Etica Católica e o Espírito do Capitalismo*. S.João do Estoril: Principia.

Saraiva, A. J. (1994). *Inquisição e Cristãos Novos* (1a ed. 196). Lisboa: Estampa.

Schofield, J. (2018). *The Real Philosophy of Science*. Smashwords.

Weber, M. (2005). *Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London and NY: Routledge.